realidade objectiva em benefício de uma realidade total.

A comparação do «indivíduo mitagógico» com o esquizofrénico é pretexto, não só para um retorno ao problema da «linguagem» mítica, mas também para a explicitação de um pormenor que fornece a chave do carácter equívoco dos «processos mitagógicos»: diferentemente do esquizofrénico, o «indivíduo mitagógico» não substitui verdadeiramente a sua «linguagem inicial», antes procura «semantizá-la, criar, sobre ela e mediante ela, uma metalinguagem que aluda à nova realidade» (nós diríamos que o discurso mítico articula um sistema semiótico denotativo com vários sistemas conotativos cujos planos da expressão são constituídos por signos do sistema denotado; daí o tal equívoco).

Uma pergunta surge entretanto: «quais as condições objectivas da aparição (...) da mitagogia», entendida como pretensa solução dos «conflitos do sujeito»? Segundo L. P., o «problema de achar a resposta adequada à função social que desempenha a mitagogia é o problema de encontrar as razões da alienação no trabalho».

Em «Mitagogia e Ideologia», último capítulo deste livro, L. P. tenta explorar os contributos teóricos de W. REICH e H. MARCUSE, no sentido de equacionar o problema que acima se indica. Definindo ideologia a partir da sua função de ocultação, considera ainda que «toda a mitagogia é ideologia», na medida em que proporciona um modelo fictício da realidade, incapaz de representar e resolver as contradições da estrutura social.

José Madureira Pinto

PASUKÃNIS — *La Théorie Générale du Droit et le Marxisme* — EDI, Paris, 1970, 173 p.

— Do interesse do livro...

«la nature idéologique d'un concept ne supprime pas la realité et la materialité des rapports dont il est l'expression».

O discurso jurídico é analisado não como sistema de ideias, mas na sua articulação com a base material e social de produção, relação que determina a especificidade das relações jurídicas capitalistas enquanto relações sociais necessárias à produção e reprodução do sujeito isolado. Este isolamento é já um efeito ideológico, que o autor vai analisar como a primeira representação mistificada, resultado das relações sociais no espaço do mercado.

As relações de troca de mercadoria entre os sujeitos são medidas *pela forma valor* cuja realização em termos numéricos, objectivados (× dinheiro) implica um efeito ideológico de ruptura no espaço estruturado, onde as relações sociais de produção são substituídas pela representação da igualdade jurídica entre os sujeitos civis, origem do estatuto de sujeito de direito como actor social principal na sociedade civil.

O Estado aparece como instância política necessária à unificação do mercado; sob a forma representada/ /deslocada — destacada da sociedade enquanto «Estado oficial» — assegura a dominação de classe directa e imediata. É, para o autor, uma Razão de Estado mediata reflectida, organizando a estabilidade e a reprodução da sociedade civil.

...aos seus limites —

Se a afirmação duma articulação necessária do discurso jurídico com a base material da produção, revelando uma mensagem e organização ideológicas que asseguram a dominação de classe, nos parece fundamental para a significação do Direito institucionalizado na sociedade capitalista — a identificação do «jurídico» às relações de troca *(rapports marchands)* é uma análise parcial e *pontual.*

Sublinhámos expressamente a metáfora topológica — pontual — para bem referenciarmos que tal análise é justa se se situa na *origem histórica* do direito burguês, que correspondeu, «num dado momento», a uma ruptura com a formação social anterior, pela articulação das relações de mercado com as relações jurídicas — aparecimento de um Estado no sentido moderno e um discurso institucionalizado cuja mensagem é a igualdade civil entre todos, drama (inconsciente para a maior parte) dos indivíduos que «deslocados» da sua situação de classe, vivem dos seus direitos e deveres que tal direito lhes confere.

A redução implícita do espaço social estruturado às instâncias do jurídico e do económico confirma tal

identificação. A teoria geral do direito é assim um exagero de expressão e um erro de análise — exagero, pois se deduz que para o autor «o primeiro tempo burguês» é significante de todo o tempo capitalista.

Maria Manuela Meneses

livros recebidos

BAZERQUE, Georges, TRULLEN Claude — *Introdução à Informática* — Publicações Dom Quixite, Lisboa, 1972, 210 p.

Uma oportuna obra de divulgação, traduzida do original francês incluído na criteriosa colecção «Clefs» das Edition Seghers de Paris. O estudo procura responder fundamentalmente às seguintes questões: A que se pode chamar *informática?* Como funciona um computador? Como nos servimos de um computador? Quem se serve de um computador e para quê? A obra foi traduzida por António Pescada, e revista nos aspectos técnicos por Luis Melo.

OSBORNE, Richard H. (organizador) — *The Biological and Social Meaning of Race* — W. H. Freeman and Company, S. Francisco, 1971, 182 p.

Treze destacados investigadores no campo das ciências sociais e ciências biológicas apresentam de modo acessível para o leitor não especializado, e apenas em 170 páginas, os seus pontos de vista sobre o estado actual do conhecimento dos mais diversos aspectos relativos à raça, tomando em devida consideração, quer os factores biológicos, quer os factores sociais. Na introdução, William W. Howells, da Universidade de Harvard, ocupa-se do «significado da raça». Segue-se um conjunto de estudos sobre os factores biológicos: «Igualdade Social» por Theodosius Dobzhausky, «A diversidade biológica humana como consequência da adaptação ao ambiente» por Paul T. Baker, «Diferenças étnicas no crescimento e no desenvolvimento» por Jean Hiernaux, «Raça, grupo étnico e doença» por Thomas F. Pettigrew, «A criança diminuída — as suas oportunidades de educação e de vida» por Francis P. Purcell e Maurie Hillson, «Fertilidade não branca e limitação dos nascimentos» por Arthur A. Campbell e Clyde V. Kiser e «As raças e o futuro do homem» por Frederick Osborne. Como apêndice, o volume insere um estudo de Richard H. Osborne sobre «História e natureza da classificação das raças» e um glossário extremamente útil.

PAJOT, Lalé — *Le Portugal* — Librairie Génèrale de Droit et de Jurisprudence, R. Pichon & R. Durand-Auzias, Paris, 1971, 257 p.

Descrever e tentar compreender, numa perspectiva dominantemente jurídico-institucional, os mecanismos do aparelho governamental português é o objectivo do estudo *Le Portugal*, incluído na colecção «Comment ils sont gouvernés» publicada em Paris, sob a direcção de Georges Burdeau, pela Librairie Génèrale de Droit et de Jurisprudence. O autor, que é doutor em Ciências Económicas e Sociais e investigador agregado («attaché de recherche») no C. N. R. S., traça ainda em breves linhas numa primeira parte do livro — História e quadro sociológico — um quadro da evolução histórica de Portugal e expõe os diferentes dados do contexto político-social, cujo conhecimento se lhe afigura propedêutica indispensável ao tratamento e à compreensão do assunto central do estudo, que é depois desenvolvido numa 2.ª parte do livro intitulada «Os Mecanismos da Vida Política». O trabalho refere-se apenas ao território metropolitano de Portugal; segundo o autor: «Il s'agissait d'éviter d'entrer dans les considérations particulières à chaque territoire d'outre-mer en raison de leur spécifité propre. En outre, recherchant dans toute la mesure du possible l'objectivité, il nous a semblé qu'il n'était pas de notre propos de présenter un sujet ayant des incidences politiques profondes dont nous ne sommes pas en